

# A INCONFIDÊNCIA MINEIRA: PROJETO DE AUTONOMIA PARA AS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII

**Kárita de Fátima Araújo**  
**Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia**  
**kaat\_araujo@hotmail.com**

Este trabalho se propõe a delinear o contexto político, econômico e também intelectual que se apresentava nas Minas Gerais do século XVIII. Assim como, resgatar a instabilidade e insatisfação de membros da elite da época que, unidos sob os mesmos ideais libertários, empenharam-se em libertar as Minas Gerais do domínio português. É nesse cenário que se desenrolou um acontecimento importante na história de Minas Gerais: a Inconfidência ou Conjuração Mineira, fundada em 1789. O movimento, como dito acima, foi encabeçado por membros da elite da época, moradores da região das minas e, em sua maioria, intelectuais. O clima de tensão que pairava sobre as terras mineiras anteriormente à Inconfidência, foi atribuído em grande parte aos insatisfatórios governos de D. Luís da Cunha Meneses (1783) e de seu sucessor, o visconde de Barbacena (1788). Os altos impostos e excessos de tributos cobrados pela Coroa, além da falta de habilidade dos governantes em suas políticas, foram se acumulando ao longo dos anos e, o estopim da crise foi a ameaça do lançamento da derrama que cobraria o total das dívidas acumuladas referente aos impostos que deixaram de ser pagos. Apesar de a mineração na capitania das Minas Gerais se encontrar no final no século XVIII em declínio, Minas ainda possuía certa estabilidade econômica e, a região detinha componentes que poderiam gerar tensão entre os habitantes. Para recontar, portanto, a história da Inconfidência Mineira de 1789 a partir da *visão do mundo* daqueles que participaram efetivamente do movimento, apoiamo-nos ainda nas obras *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa, *Canto Genetliaco* de Alvarenga Peixoto e *Cartas chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga. As poesias dos inconfidentes foram fundamentais para que, dentro dos limites temporais e espaciais por nós estabelecidos, pudéssemos enveredar pelos caminhos das Minas setecentistas. Ao aliar a trajetória pessoal dos poetas, o contexto social e histórico em que viveram e também suas concepções filosóficas, pudemos compreender aspectos fundamentais acerca das Minas Gerais do século XVIII e especialmente da Inconfidência Mineira, enquanto um movimento de caráter emancipacionista que, ao propor a instauração de uma República no interior do Brasil-colônia foi responsável por criar um projeto de autonomia pra aquela região.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira, Poetas Inconfidentes, Minas Gerais.

## **Introdução**

Um dos acontecimentos mais importantes na história de Minas Gerais foi, certamente, a Inconfidência ou Conjuração Mineira, fundada em 1789, com o enforcamento do alferes Tiradentes e o exílio de outros envolvidos. O movimento foi encabeçado por membros da elite da época, moradores da região das minas e, em sua maioria, intelectuais. O clima de tensão que pairava sobre as terras mineiras anteriormente à Inconfidência, foi atribuído em grande parte aos insatisfatórios governos de D. Luís da Cunha Meneses (1783) e de seu sucessor, o visconde de Barbacena (1788) (VALADARES, 2001).

Os altos impostos e excessos de tributos cobrados pela Coroa, além da falta de habilidade dos governantes em suas políticas, foram se acumulando ao longo dos anos e, o estopim da crise foi

a ameaça do lançamento da “derrama”<sup>1</sup> que cobraria o total das dívidas acumuladas referente aos impostos que deixaram de ser pagos. Apesar de a mineração na capitania das Minas Gerais se encontrar no final no século XVIII em declínio, Minas ainda possuía certa estabilidade econômica e, a região detinha componentes que poderiam gerar tensão entre os habitantes:

Minas, mesmo exausta do extrativismo mineral, concentrava perto de 300 mil almas habitando cidades, fazendas, lavras, morros e pequenas propriedades, um significativo contingente populacional se comparado a outras regiões coloniais e cerca de 20% de toda a população da América portuguesa. A economia mineira assiste a uma silenciosa expansão, malgrado a crise da mineração, graças a capacidade de diversificação de atividades como criação, agricultura e artesanato (FIGUEIREDO, 1996, p. XL).

Além do contingente populacional, da crise na produção e da insatisfação generalizada, havia ainda as ideias trazidas pelos *letrados*<sup>2</sup> habitantes das vilas que, após estudarem em universidades europeias, voltaram cheios de pensamentos de renovação, “embebidos pelo Iluminismo<sup>3</sup> [...] atacando os poderes do Estado e da Igreja, [...] colocando a luta pela liberdade política como fundamento” (FIGUEIREDO, 1996, p. XL).

A independência das colônias inglesas, ocorrida em 1776, também teve seu papel decisivo na busca do rompimento com a metrópole. Figuras importantes, tais como, José Álvares Maciel e o alferes Tiradentes, estavam exaltados com a possibilidade de o levante ser bem sucedido, assim como ocorreu nos EUA (FIGUEIREDO, 1996, p. XLII- XLIII).

Cabe destacar que, anos antes, ainda em 1714, foram definidos os limites das três primeiras comarcas da capitania: Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes, de modo que, em 1720, a comarca do Rio das Velhas foi desmembrada para originar uma quarta comarca: a do Serro Frio. Cada uma delas deveria contribuir com o quinto, sendo que seus habitantes pagariam uma soma anual de trinta arrobas de ouro, que seria dividida entre as três comarcas, facilitando, assim, a coleta (FONSECA, 2011, p. 142).

Além de facilitar as cobranças e os pagamentos, a delimitação das comarcas definiria onde estava localizado cada um dos núcleos mineradores. Vale ressaltar que, as fronteiras não estavam totalmente demarcadas, afinal, tratava-se de espaços “vazios”, chamados por Fonseca (2011) de “fronteiras abertas”. Espaços estes que foram sendo definidos na medida em que iam sendo ocupados e que correspondiam a uma grande porção de terra, gerando comarcas bastante extensas.

Nos quinze anos que se seguiram – entre 1714 e 1730 – diversas vilas e arraiais surgiram, o que não se repetiu entre 1730 e 1789, período em que o povoamento se disseminou pelo sul da capitania. Somente a partir da última década do século XVIII, as vilas voltaram a ser criadas, coincidindo com os diversos conflitos existentes no período, inclusive a Inconfidência Mineira ocorrida nos anos de 1788 e 1789 (FONSECA, 2011, p. 558).

## **A região mineradora e o movimento inconfidente**

Mas, a que se deveu o interesse na criação de novas vilas pela Coroa após anos sem nenhuma fundação? Provavelmente, aos tais conflitos relacionados à Conjuração ou aos movimentos que daí se seguiram. Fonseca (2011) afirma que diversos “autores já haviam

---

<sup>1</sup> Cobrança extraordinária efetuada pela Coroa que incidia sobre todos os habitantes da capitania - proporcionalmente aos rendimentos de cada um – caso o valor anual do ouro recolhido não atingisse a cota de cem arrobas (FONSECA, 2011).

<sup>2</sup> Considerados aqui como *intelectuais* membros da elite mineira setecentista, que ao estudarem na Europa – especialmente na Universidade de Coimbra – retornaram embebedos de ideais libertários. Ver estudo realizado por: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

<sup>3</sup> Conjunto de ideias do movimento conhecido como *Ilustração*, que se desenvolveu na Europa durante o século XVIII. A chamada explosão das “luzes” veio sendo preparada nos séculos anteriores com o racionalismo cartesiano, a revolução científica e o processo de laicização da política e da moral (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 248).

estabelecido relações entre as datas de fundação de algumas vilas de fim de século e a situação social e política instável de Minas na época das devassas da Inconfidência” (FONSECA, 2011, p. 559).

Sabe-se que, a configuração da “rede urbana” delineada na capitania de Minas Gerais foi resultado da própria ocupação e do desbravamento dos sertões, mas que, além disso, o poder religioso e político imposto através das ações da Coroa e do Clero foram determinantes para demarcar esta trajetória urbana.

Sendo assim, as revoltas da população e dos próprios inconfidentes com as mazelas do governo, foram a justificativa encontrada para que a Coroa pudesse controlar mais de perto a região conflituosa. Com a fundação das vilas seria possível observar mais de perto a movimentação dos habitantes além de criar cargos administrativos e judiciários, colocando a serviço do governo pessoas de confiança que supostamente zelariam pela ordem local. O que não foi totalmente verdade, já que, segundo Fonseca “alguns homens implicados da conspiração de 1789 estiveram diretamente ligados, de diversas maneiras, a tais fundações” (FONSECA, 2011, p.559).

Cabe destacar que, diante da necessidade da Coroa em controlar efetivamente a região das minas, como mencionado acima, aplicou-se a ótica do “dividir para governar”, uma vez que, a Igreja foi colocada na função administrativa com suas paróquias, dioceses etc., para supervisionar as vilas e seus habitantes, facilitando, assim, o comando sobre o território.

Diante disso, um dos maiores interessados em criar novas vilas no período foi o Visconde de Barbacena, que esteve no governo no ano da devassa e suas políticas constituíram-se em estopins para a revolta. No intuito de ganhar apoio político de pessoas influentes na região e ainda coibir as rebeliões que surgiam, o visconde ignorou diversos pedidos de elevação à categoria de vila e criou três municipalidades por sua conta e risco: São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena (FONSECA, 2011, p. 559). (FIGURA 1)



Figura 1: José Joaquim da Rocha. Mapa da Comarca do Rio das Mortes. 1778.

Reprodução de Tiberio França.

Fonte: Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que, estas três vilas criadas nesse período estavam localizadas na Comarca do Rio das Mortes (uma das três primeiras comarcas da capitania, sendo instituída em 1714), região na qual vivia a maior parte dos inconfidentes, o que contrariava o propósito de que com a criação de novas câmaras, as elites ficariam satisfeitas com seus privilégios e não mais conspirariam contra a Coroa. Como salienta Fonseca (2011):

Alguns autores que se interessaram pela conspiração de 1789 observaram que a maior parte dos inconfidentes vivia na comarca do Rio das Mortes [...]. João Pinto Furtado destacou que Igreja Nova (localidade que se tornaria Vila de Barbacena) e

o arraial de Campanha estavam entre os principais focos da conspiração e que alguns homens poderosos implicados no movimento – como Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Carlos Correia de Toledo, Alvarenga Peixoto, José Aires Gomes, Domingos Abreu Vieira, além de Joaquim Silvério dos Reis - tinham terras nas imediações; o autor observou, ainda, que era desta região que deveria sair a maior parte das forças militares com as quais contavam os idealizadores da rebelião (FONSECA, 2011, p. 212).

A Comarca do Rio das Mortes possuía, portanto, relevante importância econômica e política, por abrigar três vilas em expansão, além de estar situada estrategicamente ao sul da capitania, tornando-se passagem obrigatória para escoar a produção agrícola intensa na região. Ademais, com a transferência da Corte para o Brasil alguns anos depois, esta localização geográfica privilegiada fez da Comarca um corredor que levaria as mercadorias em direção ao sul.

O visconde de Barbacena, responsável pela criação das três vilas mencionadas na Comarca do Rio das Mortes, já via aquela região como sendo uma passagem importante para se encontrar as riquezas que vinham sendo procuradas desde as expedições de Fernão Dias em busca da “Serra das Esmeraldas”. O visconde afirmava que por ali deveria se passar para chegar “ao Sabarabuçu e à Serra das Esmeraldas, pretendendo situá-los à altura da capitania do Espírito Santo e próximos um de outra” (HOLANDA, 2000, p. 66).

Isso revela o quão importante era aquela região, fosse pelas pedras preciosas ali encontradas ou pelo desejo de encontrá-las, suscitando mitos e histórias fantásticas sobre um possível “Eldorado”. A imaginação dos viajantes e moradores levava adiante o sonho de descobrir tais riquezas e tornava relatos e previsões como os do visconde de Barbacena como sendo caminhos reais a serem seguidos. Dizia-se que,

entre as recomendações dadas a Fernão Dias, incluía a de, efetuado o descobrimento, descer até a Bahia de Todos os Santos, se possível pela via do Espírito Santo ou ainda de Porto Seguro, de preferência à de São Paulo, pois não só se achavam as referidas minas mais propínquas [sic] às referidas capitanias, como estas, por sua vez, ficavam mais chegadas à sede do governo. A velha tendência, seguida pelas primeiras administrações, segundo a qual as jornadas de descobrimento saíam, de preferência, da Bahia ou de suas vizinhanças, assumia aqui feição nova. As entradas poderiam ser organizadas em São Paulo, onde se recrutariam mais facilmente os práticos do sertão, mas o minério encontrado se escoaria pela Bahia, onde a fiscalização das autoridades centrais impediria melhor os descaminhos (HOLANDA, 2000, p. 66-67).

Pelos caminhos por onde de fato trafegavam o ouro extraído, era também por onde se imaginava que deveria ocorrer o escoamento das pedras preciosas descobertas na suposta “Serra das Esmeraldas”. Esta região da capitania das Minas Gerais possuía diversas jazidas a partir das quais se organizavam os arraiais e de onde partiam as comitivas com o ouro descoberto, escoando a produção em direção ao porto. Vale ressaltar a relevância dessas informações, já que, segundo Holanda (2000, p. 67), “todas essas aparentes precisões e clarezas lançadas sobre coisa tão turva provinham de uma convicção originada até certo ponto em dados reais ou possíveis”.

Por dentre os caminhos da Comarca do Rio das Mortes, viveram e comungaram de um mesmo ideal, os envolvidos na Inconfidência Mineira. O pensamento iluminista que atravessou o oceano veio ecoar no “Sertão dos Cataguases”, agitando os ânimos e fazendo surgir um grupo resistente e inconformado com os desmandos da Coroa. Segundo Silva (1948), “bem depressa a nova da projetada [sic] emancipação brasileira atravessou os mares e veio ecoar nas serras do Itatiaia e do Itacolomi e propagar-se pelos vales auríferos e diamantinos de Vila Rica e S. João d’El-Rei” (antiga sede da Comarca do Rio das Mortes) (SILVA, 1948, p. 54).

Neste contexto, a Coroa que bem sabia de sua conduta e de seus desafetos, temia que uma revolta generalizada se instalasse procedente daqueles que sofreram injúrias e violências por parte do governo. Segundo Silva (1948):

Temia-se, pois com todo o fundamento que os brasileiros, conhecedores de sua superioridade, se voltassem contra as violências do govêrno de além mar, e os portugueses eram os primeiros a confessar que havia infelizmente razão para isso. Contava então o Brasil apenas dois séculos de existência e já tinha sobejos motivos para amargas queixas. Durante êsse tempo se descuidara a metrópole dos melhoramentos materiais de sua colônia, e da educação instrutiva, moral e religiosa de seu povo, deslumbrada com os rédios que convergiam para seus cofres (SILVA, 1948, p. 29).

O cenário de desleixo e desinteresse por parte da Coroa começou a mudar quando do descobrimento de tamanhas riquezas no “Sertão dos Cataguases” e, da constatação do descontentamento de uma elite influente na região. Além disso, com a chegada ao sertão de viajantes de todas as partes e do certo nível de independência que aquela região vinha alcançando, a Coroa preocupou-se em “retomar” o que lhe pertencia, atuando e supervisionando aquelas localidades e, servindo-se, para tanto, do poder da Igreja. Segundo Fonseca (2011):

Não obstante, pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”. De fato, com a instituição das primeiras freguesias, a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território (FONSECA, 2011, p. 82).

A insatisfação com o governo da capitania mineira vinha se acumulando desde quando o cargo ainda era ocupado por Luis da Cunha Meneses, antecessor do visconde de Barbacena e que também não fizera muitos amigos enquanto estava no poder, visto que, “o vexame em que trazia os povos pela sua opressão, tornava ainda mais desejada a emancipação política e, com ela a aquisição de todos os direitos civis” (SILVA, 1948, p.57).

Assim, somando as mazelas do governo aos ideais Iluministas e seguindo o exemplo da América inglesa que se tornara uma nação livre, a possibilidade de um levante popular ganhava força e uma revolta ainda silenciosa, tomava as ruas das principais vilas da Comarca do Rio das Mortes. A ameaça da derrama, como já mencionado, era a deixa para que o movimento tomasse as ruas. Movimento este que ainda se encontrava recluso às casas dos inconfidentes, onde aconteciam as reuniões secretas e, que viam o levante “como o único recurso a opor-se a tão formal exigência” (SILVA, 1948, p. 89).

## **Os poetas e a Inconfidência Mineira**

Vale ressaltar aqui, que o movimento foi fortalecido graças aos ideais obtidos e compartilhados entre os literatos que participaram do mesmo. O pensamento necessário para fundamentar a revolta, foi trazido da Europa pelos *letrados* habitantes da capitania mineira, visto que,

por volta de 1780, Vila Rica tinha em seus muros a mais aprimorada elite cultural do Brasil. Os primeiros mineradores enriquecidos mandavam educar seus filhos nas Universidades europeias e a média geral dos habitantes das Minas Gerais era de um padrão elevado, tanto mais, que funcionários régios para ali mandados, constituíam, sem dúvida, um escol de capacidades (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 126).

E ainda:

O número considerável de poetas que figuram entre os chefes da conspiração dá-lhe um certo caráter de elevação intelectual e teórica, que, em outras revoluções práticas, fica apenas subentendida; mas mostra que não podiam aspirar a outro papel que o de precursores. [...] O prestígio dos inconfidentes dissipou o último trabalho dos conceitos, e quebrou, ao menos para os espíritos, as cadeias da escravidão colonial (JOÃO RIBEIRO *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 131).

Diante deste cenário, os literatos inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, deixaram transparecer em suas obras aquilo que Goldmann (1979) chamou de *visão do mundo*, refletindo nas mesmas, sua percepção de acontecimentos históricos e sociais daquele período. O discurso produzido por esses autores sobressaiu-se aos demais, amplificando-se. Desta feita, os literatos aqui estudados, apresentam-se como *indivíduos expressivos*, detentores dos discursos dominantes em dada época e sociedade.

As obras literárias e artísticas são, portanto, as expressões das “*visões do mundo*” de seus criadores. Visões estas, que nas obras dos poetas inconfidentes procuraram retratar características específicas da região do ouro, bem como do povo que ali habitava. Sua formação social, religiosa, cultural e até militar, foi fundamental para compor uma gente com forte espírito nacional e com “sentimento de disciplina e de ordem” (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 167).

A partir destas observações, e da própria vivência naquele cenário, passaram a existir razões particulares a cada autor para que cada um tivesse sua “*visão do mundo*” específica. Razões estas, que compõe um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõe a outros grupos” (GOLDMANN, 1979 p. 20). Para encontrar estas razões, é necessária a análise da **trajetória pessoal do autor**.

O **contexto social e histórico** em que viveu o autor é imprescindível uma vez que os fenômenos não podem ser compreendidos sem sua historicidade. Segundo Goldmann (1979) “uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento” (GOLDMANN, 1979, p. 08). A interação do autor com o meio social em que vive, delineia seu pensamento e isso transparece na obra artística. De acordo com Frederico (2005),

[...] os grupos estruturam na consciência de seus membros uma “resposta coerente” para as questões colocadas pelo mundo circundante. Essa coerência (ou visão do mundo) é elaborada pelo grupo social e atinge o máximo de articulação através da atividade imaginativa do escritor. A obra, assim, permite ao grupo entender mais claramente suas próprias ideias, pensamentos, sentimentos. Esta é a função da arte: favorecer a “tomada de consciência” do grupo social, explicitar num grau extremo a “estrutura significativa” que o próprio grupo elaborou de forma rudimentar para orientar o seu comportamento e a sua consciência (FREDERICO, 2005, p. 432).

Entendendo que a arte é uma das responsáveis por favorecer a “tomada de consciência” de um grupo, faz-se necessário compreender ainda as **concepções filosóficas** presentes. Desta maneira, aliando estes três elementos torna-se possível analisar de forma mais profunda o discurso presente nas obras literárias. Já que, o discurso é o próprio objeto de trabalho do escritor e está repleto de concepções e “*visões do mundo*”. Como salientou Sevcenko (1983), a literatura,

[...] constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida, e da perplexidade. É por onde o desafiam também os inconformados e os socialmente mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação de



interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais (SEVCENKO, 1983, p. 20).

Desta forma, por meio da literatura é possível analisar as tensões existentes em uma sociedade. A maneira como o autor escreve suas obras e deixa refletir nelas o que ocorre a sua volta se torna uma ferramenta preciosa para compreendermos os embates que se davam ao tempo e quais encontraram eficácia política, ou seja, materializaram-se sobre o território (ANSELMO, 2012).

Para Goldmann (1976, p. 22-23), procura-se no passado como as atitudes dos indivíduos eram reflexos dos valores sociais, da comunidade em que vivia. Busca-se o entendimento sobre as transformações da sociedade humana. Ademais, segundo o próprio Goldmann, tudo que ultrapassa o individual e atinge o social é um acontecimento histórico. As *visões do mundo* dos escritores representavam o contexto em que viviam:

Os grandes escritores *representativos* são aqueles que exprimem, de uma maneira mais ou menos coerente, uma visão do mundo que corresponde ao máximo de consciência possível duma classe; o caso sobretudo dos filósofos, escritores e artistas. Para o homem de ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade (GOLDMANN, 1976, p. 48).

E ainda,

As visões do mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões *coerentes* e adequadas dessas visões do mundo; são como tais expressões *individuais e sociais ao mesmo tempo*, sendo seu conteúdo determinado pelo *máximo de consciência possível* do grupo, em geral da classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada (GOLDMANN, 1976, p. 107-108).

Tomando como base e assumindo aqui essas concepções e considerando as obras literárias do período da Inconfidência, considera-se que durante o governo de Luis da Cunha Meneses a literatura dos inconfidentes se projetou como relato da insatisfação dos intelectuais diante de um momento de tensão política e econômica. Diante da “truculência desse governador, que se divorciara da melhor gente da capitania, cuja convivência mais poria em relevo o seu primarismo mental e a sua falta de escrúpulos. Surgiram as Cartas Chilenas” (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 128).

As *Cartas chilenas*, escritas por Tomás Antônio Gonzaga no final do século XVIII, foram o princípio de uma série de outros escritos, feitos por ele, e por demais poetas e intelectuais envolvidos na Inconfidência, refletindo a “efervescência política que tomou conta do Brasil nas últimas décadas do século XVIII, por conta do jacobinismo iluminista das inconfidências de Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco” (PEREIRA, 1996, p. 773).

As *Cartas* têm sido associadas ao Movimento da Inconfidência por estudiosos e pesquisadores, uma vez que, as sátiras nelas presentes têm como pano de fundo os fatos históricos e as mazelas do governador Cunha Meneses. Segundo Pereira (1996), “Cartas chilenas está entre os poemas mais complexos da literatura brasileira por questões que transcendem seu valor artístico” (PEREIRA, 1996, p. 773).

A partir de então, Tomás Antônio Gonzaga, juntamente com Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, dentre outros nomes importantes também adeptos do movimento, começaram a construir o discurso da conjuração que teria início em Minas Gerais, mas, se estenderia para o Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, chamado de Tiradentes, foi um dos responsáveis por ‘aliciar’ membros e simpatizantes para o movimento. Tudo ocorria, porém, em Vila Rica, de acordo com Lima Júnior (1996):



O centro de tudo era Vila Rica. Ali se encontravam os chefes espirituais, ali se faziam os planos e ali se escrevia a **futura Constituição e se projetava a organização da República**. Seguiam as idéias da Declaração de Direitos, dos Estados Unidos, e iam mais além, consignando os princípios que a Revolução Francesa consagraria como os Direitos do Homem, muito depois que esses conjurados os haviam adotado, no centro deste Continente da América (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 129, grifos nossos).

Assim como as *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, foram de suma importância para a literatura brasileira da época e para o movimento pela independência, as obras de Alvarenga Peixoto e de Cláudio Manuel da Costa, escritas no mesmo período, também tiveram sua relevância, tanto artisticamente quanto socialmente. Destes dois últimos autores, propusemo-nos a estudar as obras: *Vila Rica* e *Canto Genetliáco*, de Cláudio M. da Costa e Alvarenga Peixoto, respectivamente.

Em contrapartida às *Cartas chilenas*, que são claramente uma denúncia aos desmandos do governador Cunha Meneses, *Vila Rica* e *Canto Genetliáco*, vêm para exaltar as belezas e fortunas das terras mineiras. Percebe-se nos textos, uma identidade que vinha sendo construída pelos autores para com Minas Gerais. Uma vez que, todos tiveram a oportunidade de viajar e estudar na Europa, e, ainda que as diferenças culturais e sociais fossem imensas, o sertão – mesmo que com sua aspereza – cativou o olhar dos poetas inconfidentes.

Suas obras, e posteriormente, o envolvimento na Conjuração Mineira, refletem a posição dos autores diante das Minas Gerais e, reforçam o encantamento e o desejo de liberdade para com aquelas terras.

A partir daí, deve-se avaliar como se encontrava a relação Brasil-Portugal nesse período, fundamental para justificar as insatisfações que culminaram no levante. Assim como vinha ocorrendo nos demais núcleos econômicos europeus, espalhava-se por toda a Europa entre o final do século XVIII e meados do século XIX, uma revolução que almejava a destituição do Antigo Regime e a construção de um Estado que atendesse as necessidades do mundo contemporâneo (NOVAIS, 1981).

Portugal, também inserido neste contexto, experimentou mudanças significativas em sua estrutura governamental, tais como o início do reinado de D. Maria I, em 1777, e subsequente fim da administração do marquês de Pombal, assim como a posterior vinda da Família Real para o Brasil, em 1808. Segundo Novais (1981), “Portugal, apesar de encontrar-se no bojo dos movimentos que vinham ocorrendo pelo continente europeu, não está no centro desse processo, apresentando-se defasado em relação aos demais núcleos da economia europeia” (NOVAIS, 1981, p.14). A crise, enfrentada por tais núcleos, foi definida por Novais (1981) como sendo:

Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época (NOVAIS, 1981, p. 12).

Portugal não acompanhou o crescimento experimentado pelos grandes centros europeus, ficando à margem da acumulação e do desenvolvimento que os demais conquistaram. De acordo com Novais (1981), “Portugal chegava [...] ao último quartel do século do XVIII, com uma larga margem de atraso econômico em relação às potências mais desenvolvidas do Ocidente europeu” (NOVAIS, 1981, p. 135). O autor reforça ainda que tanto Portugal, quanto o Brasil, vinham enfrentando “tensões”, fruto da organização da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) no sistema capitalista, além do modo pelo qual o próprio sistema vinha se projetando no final do século. Tensões estas marcadas, segundo Novais (1981), por:

Competição política e concorrência comercial exarcebadas, pressionando sobre o exclusivo colonial; crise geral de mentalidade, que na sua crítica não deixava escapar o próprio sistema de colonização mercantilista; afloramento, nas colônias, de inquietações – contágio talvez daquele < exemplo tão pernicioso >, que devia < interessar até os Príncipes mais indiferentes ><sup>4</sup> (NOVAIS, 1981, p. 135).

O sistema mercantilista<sup>5</sup>, caracterizado pela necessidade de as colônias sustentarem a metrópole, proporcionando o desenvolvimento das mesmas, além de, segundo Postlethwayt (POSTLETHWAYT, 1747*apud* NOVAIS, 1981, p. 59): “as colônias devem primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos, segundo, dar ocupação a um maior número dos seus manufactureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa”.

Aliado a estas características, estavam o “absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial” (NOVAIS, 1981, p. 66). Visto isso, destaca-se a importância da descoberta e dominação de novas colônias, já que, as mesmas sustentariam o desenvolvimento da metrópole, com um papel relevante para a acumulação primitiva de capital da época que propiciaria, mais tarde, a concretização do sistema capitalista e o surgimento da burguesia.

Dando aqui, especial atenção ao ouro das Minas Gerais, visto que, segundo Antônio da Silva Pontes Leme (LEME 1800 *apud* LIMA JÚNIOR 1996, p. 44): “as Minas Gerais, são hoje no continente de nossa América, o país das comodidades da vida e só o ouro o fez assim”. Além do que, de acordo com o próprio Lima Júnior (1996), “foi exatamente esse ouro de Minas [...] que transformou a economia mundial, dando à Inglaterra a supremacia financeira da Europa e consequentemente do mundo ocidental” (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 45).

Portanto, a descoberta e exploração do ouro nas Minas, foi fundamental para fornecer o poderio econômico necessário para que potências como a Inglaterra, colocassem em prática, no século XIX, a expansão imperialista, que garantiria, juntamente com as benesses advindas da Revolução Industrial, a ascensão dos países europeus. Para o Brasil, então colônia de Portugal, Roberto Simonsen (1957) afirma que:

Para o Brasil, esse ouro teve resultados bem diversos; se não ficou incorporado em empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou, no entanto uma vultosa emigração para o centro sul do país, que ocupou definitivamente nossos sertões; permitiu a construção de nossas primeiras cidades; criou um grande mercado de gado e de tropas, estimulando os paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e ali criou fortes elementos de progresso; permitiu, finalmente, a concentração e formação de capitais em escravos e tropas que mais tarde facilitaram a implantação da lavoura de café no vale do Paraíba e nas regiões fluminenses (SIMONSEN, 1957, p. 268).

O ouro que serviu para enriquecer Portugal e Inglaterra foi também um dos motivos pelos quais lutaram os inconfidentes pela liberdade das Minas Gerais. Afinal, segundo Silva (1948):

A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe-pátria. Cinco ramos, cada qual mais rendoso, constituía o seu patrimônio, tais como

---

<sup>4</sup> Edital que proibiu a entrada nos portos do Reino e seus Domínios às embarcações das Colônias Inglesas em 5 de julho de 1776.

<sup>5</sup> O *mercantilismo* caracteriza-se por um conjunto de práticas econômicas que se iniciou na Europa no século XV com as grandes navegações e, perdurou até o século XVIII. As políticas mercantilistas pautavam-se no protecionismo – com o Estado intervindo diretamente na economia; na manutenção da balança comercial favorável – através da acumulação de riquezas (em especial metais preciosos); e no pacto colonial – garantindo o acesso a matérias-primas e o escoamento de produtos manufaturados. VER: HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução: José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

– o quinto do ouro – o contrato das entradas – o contrato dos dízimos – o donativo e a terça parte dos ofícios – e a extração dos diamantes. De todos êles, porém, o mais vexatório era por sem dúvida o quinto do ouro, e foi esse o púnico que deu lugar a tantos e a tão sérios tumultos, que terminaram por fim com as mais bárbaras e horrendas execuções (SILVA, 1948, p. 61).

Este era, portanto, o contexto que se apresentava na região das Minas setecentistas, durante o período da Inconfidência, mais precisamente na região onde viviam os participantes do levante. Uma região que reunia “forças e relações sociais, políticas e simbólicas que fizeram esse lugar colonial, definição de sua territorialidade” (ANDRADE, 2008, p. 15).

## Conclusão

Era tempo de insatisfação e de busca por mudança, almejada por um grupo da elite local, resguardando, no entanto, o *status* social dos grupos presentes naquela sociedade.

Como se vê, a extração do ouro no final do século já não era tão intensa, entretanto, o desenvolvimento da região se manteve graças a atividades como agricultura, comércio e pecuária, que se estabeleceram e fortaleceram ao longo do tempo. E, o sertão, antes inóspito e desconhecido, foi se delineando e se tornando um espaço interessante aos olhos da Coroa e dos moradores revolucionários, que viam nas Minas Gerais uma região singular diante de toda a colônia.

## Referências

ANDRADE, Francisco Eduardo de.. A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS, 2008.

ANSELMO, Rita de Cássia Martin de Souza. **Literatura e Geografia: aproximações e distanciamentos.** In: III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica, nov. 2012, Rio de Janeiro, RJ. Anais (magnético). Rio de Janeiro, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia.** São Paulo: Moderna, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano; LAPA, Manuel Rodrigues; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; BANDEIRA, Manuel; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.** Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas De'IRei. Espaço e Poder nas Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FREDERICO, Celso. **A sociologia da literatura de Lucien Goldmann.** Estudos Avançados [online], São Paulo, v. 19, n. 54, pp. 429-446, 2005.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia.** São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. **A Sociologia do Romance.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Dialética e Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais (origem e formação)**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

\_\_\_\_\_. **Vila Rica do Ouro Preto. Síntese histórica e descritiva**. Rio de Janeiro: EGL Editora, 1996.

**Mapa da Comarca do Rio das Mortes. 1778** . Disponível em:

<<http://www.documenta.ufsj.edu.br/modules/btrchannel/index.php?pagenum=2>.> Acesso em 13 de dezembro de 2012.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

PEREIRA, Paulo Roberto Dias; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de. FILHO, Domício Proença (Org.). **A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da Conjuração Mineira. Tomo I**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

\_\_\_\_\_. **História da Conjuração Mineira. Tomo II**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. Melo e Castro e sua inação quanto às Minas Gerais: a instrução de 1775 e a Governação de D. António de Noronha. In.: **Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.